

Gamelin, o modernizador do Exército

Neste texto, estudo a atuação do general Maurice Gustave Gamelin, o principal chefe da Missão Militar Francesa contratada pelo governo brasileiro para modernizar o Exército. Pouco ou nada lembrado pela literatura especializada, Gamelin atuou entre 1919 e 1924 orientando a mais radical mudança experimentada por esta instituição em toda sua existência. Baseado, sobretudo, na documentação disponível no Serviço Histórico do Exército francês, investigo a personalidade, as motivações e o modo de agir do general francês. A pretensão deste trabalho é a de contribuir para o estudo da modernidade militar no Brasil. Entretanto, ele oferece elementos para compreender a atuação das grandes potências na América Latina entre as duas guerras mundiais.

Manuel Domingos Neto:

Doutor em História pela Universidade de Paris III e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).



Gamelin, the Army Modernizer

*In this text, I examine the activities of General Maurice Gustave Gamelin, the leader of the French military mission contracted by the Brazilian government to modernize the army. Little known or even unknown in the specialist literature, Gamelin was active between 1919 and 1924, guiding the most radical transformation ever undertaken by this institution in the whole of its existence. Based, above all, on the available documentation in the French Army's Historical Service, I investigate the personality, motivations and *modus operandi* of the French general. My objective is to contribute to the study of Brazilian military modernization. Moreover, this study can offer rudiments for understanding the great powers' involvement in Latin American in between the two world wars.*

1 INTRODUÇÃO

No início do século XX, a Alemanha e a França, em acirrada disputa de mercados para suas indústrias de armamento, tentam obter um contrato para modernizar o Exército brasileiro. A eclosão da Primeira Guerra Mundial interrompe momentaneamente um jogo complexo que envolvia, além de militares, políticos, diplomatas, empresários e jornalistas. Contudo, oficiais brasileiros que haviam estagiado no Exército alemão, ditos “jovens turcos”, agrupados em torno do que ficou conhecido como “Missão Indígena”, introduzem disciplinas mais técnicas na formação dos oficiais e desenvolvem uma vitoriosa campanha pelo serviço militar obrigatório. Em que pese a grande percussão dos seus esforços, esses oficiais não logram alterar o perfil da corporação. O Exército persistia comandado por oficiais de antiga geração, os quais, mesmo partidários de certas mudanças, se mostravam incapazes de alterar em profundidade a corporação. Derrotada a Alemanha, a França obtém finalmente o contrato para reformar o Exército brasileiro.

A Missão Militar Francesa (MMF) inicia seus trabalhos em 1919 e permanece cerca de vinte anos no Brasil. Acompanhada passo a passo pelo comando francês, essa Missão transfigura o Exército brasileiro. A corporação ganha novas armas, inclusive o avião, marco da modernidade guerreira, e o seu ensino é reformulado, tornando-se mais técnico. Sob a orientação de Gamelin, surgem diversas escolas especializadas. Finalmente, o Exército passa a dispor de reservas treinadas: as ignominiosas práticas disciplinares vindas do tempo da escravidão entram em desuso por incompatibilidade com noções de cidadania e nacionalidade disseminadas, então, pelos propagandistas do serviço militar obrigatório. A tropa passa a receber treinamento e o cotidiano nos quartéis é modificado por regulamentos escritos. Novas normas consagram a promoção hierárquica pelo princípio do mérito revelado durante a forma-

ção e a prática profissionais. Ocorre profunda reorganização estrutural no Exército: os pequenos destacamentos isolados e as unidades desconexas dão lugar às “grandes unidades”, conforme figurino consagrado na Primeira Guerra Mundial. Os oficiais adotam uma “doutrina de guerra”, aprendem como se constitui e opera um Estado-Maior; tornam-se capazes de planejar e conduzir “grandes manobras”, exercícios de emprego combinado de tropas simulando operações de guerra. Ademais, os grandes problemas do desenvolvimento nacional entram na pauta de discussão dos que se preparam para exercer maiores responsabilidades corporativas.

Em 1926, os “jovens turcos”, tidos pelos franceses como “germanófilos”, rendem-se ao profissionalismo da MMF e reconhecem que o “velho Exército”, com sua forma de organização “milicianista”, está “em retirada”; o “novo Exército” avançaria “à força do exemplo de seus sonhadores irredutíveis”.¹

Por suas grandes repercussões na vida nacional, a modernização do Exército conduzida pelos militares franceses merece atenção. De fato, o principal instrumento de força do Estado brasileiro amplia sua dependência em relação aos fornecedores estrangeiros e, sobretudo, entra em descompasso com a realidade: seria impossível, num país “atrasado”, o uso adequado de equipamentos e técnicas desenvolvidas em países industrializados. A mudança no Exército gera profundas clivagens entre os oficiais: os mais jovens passam a desafiar abertamente a hierarquia e a envolver-se em rebeliões posteriormente conhecidas como tenentistas.² Compreendendo a relação estreita entre a eficiência militar, as condições sócioeconômicas, o desenvolvimento técnico-científico, os serviços públicos e a formação do sentimento patriótico necessário para legitimar o serviço militar universal e obrigatório, os oficiais mais jovens se preparam para intervenções de longo alcance na vida nacional. Sem dúvida, a França foi fundamental na preparação do Exército que interferiu decisivamente na vida brasileira ao longo do século XX.

Neste texto, estudo a atuação do mais destacado chefe da MMF, o general Maurice Gustave Gamelin, que trabalhou no Brasil entre 1919 e 1924. Como observado, o importante papel exercido por este militar durante a mais radical mudança experimentada pelo Exército brasileiro em toda sua existência é pouco ou nada lembrado pela literatura especializada. Números ministros e presidentes da República foram alunos da Missão Militar organizada por Gamelin. O estudo da sua personalidade, suas idéias, seu modo de agir e da legenda que logrou construir entre os militares brasileiros ajuda a compreender a atuação das grandes potências na América Latina entre as duas guerras mundiais bem como aspectos cruciais da evolução do Exército brasileiro.

2 UMA ESCOLHA CRITERIOSA

Um dos aspectos delicados da implementação do plano francês de expansão da influência militar na América Latina foi a escolha do chefe da missão a ser enviada ao Brasil. Os pormenores desse plano estão disponíveis nos relatórios secretos preservados pelo *Service Historique de l'Armée de Terre* (doravante, SHAT), no Château de Vincennes.

Além de “prestígio e gosto pela organização”, esse oficial deveria ser “jovem o bastante para ver sua obra tomar rumo”, pois a reorganização do Exército seria necessariamente demorada e enfrentaria resistências. A França não desejava uma presença passageira e superficial: mais duradouros fossem os laços estabelecidos por seus militares, melhores seriam as chances de bons negócios para sua indústria de armamento e mais sólidas suas possibilidades de futuras alianças estratégicas. Por sua vez, o comando militar brasileiro iludia-se ao pensar que, com um jovem general, seria mais fácil preservar sua própria autoridade.³

O comandante da MMF deveria ainda apresentar qualida-

des de diplomata: “boa aparência e educação, bom caráter e muita paciência”. Caber-lhe-ia defender a imagem de seu país, circular apuradamente entre pessoas importantes, dobrar opositores aguerridos, conquistar simpatias e encontrar saídas para crises previsíveis. O trabalho que lhe aguardava seria desenvolvido num clima de concorrência crescente, pois desde a preparação da Conferência de Versalhes estava nítida a instabilidade na correlação de forças do tabuleiro internacional. A perda de projeção da Inglaterra não ensejara automaticamente a supremacia dos Estados Unidos na América Latina, que persistia como espaço relativamente aberto à disputa entre as grandes potências européias. Assim, o período entre as duas guerras mundiais seria movimentado pelo esforço permanente dessas potências em defesa de seus parques industriais e de suas alianças estratégicas.

O “prestígio” referido no plano francês pode ser explicado pela necessidade de o chefe da MMF impor sua autoridade sobre os marechais e generais brasileiros, penetrando, segundo o adido militar francês no Brasil, Fanneau de la Horie, em suas “cidadelas”, o Estado-Maior do Exército e o Ministério da Guerra, já que a Escola Militar estava sob influência dos “jovens turcos”. Tratava-se de terreno melindroso por conta das disputas internas, da exacerbação de vaidades, do choque de interesses pessoais, das concepções diferenciadas quanto às mudanças a serem empreendidas e, sobretudo, da avidez com que os grandes fabricantes de material bélico atuavam na América Latina.

No Exército brasileiro, a maioria dos oficiais mais antigos era avessa a alterações que lhes acarretassem perdas de posição ou prestígio obtido mais por conta de relações políticas e familiares que por competência técnica. A alta hierarquia tinha idade avançada para os padrões do Exército moderno. Alguns, mesmo favoráveis à modernização, tentavam evitar mudanças bruscas que precipitassem o fim de suas carreiras.

Havia ainda os que, trabalhando decididamente pelas mudanças, mas preocupados com a autonomia do Estado brasileiro, queriam limitar a atividade estrangeira. Como mostra a citação, as atitudes da alta hierarquia foram assim compreendidas pelo adido militar francês no decorrer das negociações:

O objetivo é evidente. O que desejam os velhos, inclusive o precedente ministro da guerra, Caetano de Faria, seria colocar a frente da missão oficiais cujo posto não lhes confirmam autoridade bastante para falar energicamente em caso de necessidade. Eles pretendem dirigi-los e disseminá-los para impedir uma união de esforços. Um general tomado como um dos melhores e mais inteligentes do Exército me dizia: “precisamos de uma missão, uma missão francesa. Mas esta missão deve ser limitada. Estrangeiros não podem compreender muitas coisas nossas, em particular, o nosso recrutamento. É preciso que a missão não toque em nosso Estado Maior”.⁴

Caetano de Faria, que chefiara o Estado-Maior entre 1910 e 1914, e posteriormente nomeado ministro da Guerra, era, na verdade, um dos mais empolgados adeptos da modernização, tendo até favorecido a atividade dos “jovens turcos”. Destacava-se, entre os oficiais da sua geração, como um militar culto e, na medida do possível, atualizado. Revelando grande capacidade de liderança, engajara-se na campanha pela implantação do serviço militar obrigatório, defendera com vigor a reorganização do Estado-Maior e tentava formular, sem muito sucesso, uma doutrina que garantisse a unidade de pensamento do conjunto da corporação. Atento às novidades reveladas pela guerra mundial, esse general salientava a necessidade de o Exército adquirir novas armas e preparar-se para o uso do avião (Banha, 1984:28-32).

Se um modernizador, como Caetano de Faria, era percebido pelos franceses como um opositor, as resistências às reformas entre os que serviam nas unidades mais distantes seriam bem mais sérias. Os jovens oficiais brasileiros, formados na Escola

Militar do Realengo sob a orientação da “Missão Indígena”, encontravam muitos obstáculos para levar à prática dos quartéis os novos conhecimentos e a nova mentalidade militar. Segundo Cordeiro de Farias, que antes de integrar o comando da Coluna Prestes conhecera os “jovens turcos” e obtivera as melhores notas como aluno dos franceses, a “geração mais antiga, que não tinha um preparo militar sistemático”, resistia às novas idéias:

O choque de gerações em determinadas regiões foi inevitável. Os tenentes que iam para o Rio Grande do Sul ou Mato Grosso eram mal recebidos em várias unidades por seus comandantes, que lhes diziam: “não me venham com estas idéias de instrução para não perturbar a vida do quartel. Somos uma família. Não queremos problemas” (Farias,1981:66-67).

O “prestígio” profissional tido como indispensável ao futuro chefe da MMF seria essencial para o confronto que se anunciava com autoridades militares brasileiras e para silenciar os admiradores do estilo militar germânico. Ao ensinar novos equipamentos e conceitos, a Guerra Mundial, mostrara os limites da “Missão Indígena”. Cordeiro de Farias lembraria posteriormente a sensação predominante entre os ex-alunos dos “jovens turcos”:

[...] a guerra mundial havia revelado nossa fraqueza militar e a inexistência de forças armadas organizadas. Isso preocupava toda a minha geração, pois no início dos anos 20 estávamos, em matéria de capacidade militar, tão desarmados em relação ao mundo como os índios diante dos portugueses no dia do descobrimento (Farias, 1981:81)

Na Europa são reveladas novidades espetaculares as quais explicam a sensação prevalecente entre os jovens oficiais bem como a percepção da impotência para modernizar o Exército

com meios próprios. Os esforços para difundir a literatura técnica, tornar o Estado-Maior um organismo de coordenação e planejamento, introduzir disciplinas especializadas na formação dos oficiais, incentivar o adestramento da tropa e combater as relações paternalistas no cotidiano dos quartéis apresentavam resultados lentos e não alcançavam o conjunto da corporação. Francisco de Paula Cidade, um importante intelectual do Exército, admirador dos “jovens turcos”, considerava que, “até certo ponto”, o papel destes reformadores havia sido o de criar “uma atmosfera onde não poderiam viver e prosperar certas coisas envelhecidas”. A revista *A Defesa Nacional*, sua principal tribuna, operara no sentido de destronar “velhos ídolos, preparando a terra para uma nova semente”. Paula Cidade concluiria: “Paradoxalmente”, “a germanofilia dos jovens turcos abriu caminho à missão francesa”.⁵

De fato, a revista dos jovens modernizadores reconhecia, em seus editoriais de 1918, a impotência dos oficiais brasileiros para assegurar as mudanças que desejavam imprimir ao Exército e reclamava insistentemente a contratação de instrutores estrangeiros capazes de impor-se aos oficiais mais velhos. Contudo, o apoio dos “jovens turcos” aos franceses não significava o abandono da idolatria ao Exército alemão, mas uma afirmação da vontade modernizadora nas condições estabelecidas pelo resultado da Guerra Mundial.

O reformismo dos “jovens turcos” fora absorvido pelo ministro da Guerra, Alberto Cardoso de Aguiar, que, em seu Relatório de 1919, ao se referir ao ensino militar, apontara a necessidade de imprimir-lhe definitivamente uma feição prática e técnica por conta do “extraordinário desenvolvimento da indústria militar”. Como mostra este relatório, a necessidade de o Exército dispor de “mestres formados na longa e cruel guerra de quatro anos” passara a ser a justificativa formal para contratar sem demora instrutores franceses.⁶

Em dezembro de 1918, Cardoso de Aguiar solicitou ao adi-

do militar brasileiro, coronel Malan d'Angrogne, a indicação de um general francês para dirigir a missão projetada. Malan sonda o marechal Joffre, e surge então o nome de Maurice Gustave Gamelin. Esse oficial atendia à expectativa brasileira e aos requisitos estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército francês para a escolha do chefe da MMF. Seria difícil encontrar na França alguém com currículo mais apropriado: Gamelin provinha de uma família de militares e seu pai gostava de afirmar que, desde o reinado de Luís XV, sempre houvera um general entre seus membros empenhado na ampliação do poderio francês. Segundo seu biógrafo, Pierre le Goyet, desde o curso de Estado-Maior, Gamelin manifestara o desejo de trabalhar fora do território metropolitano, revelando completa assimilação da natureza imperialista do Estado a que servia. Dirigindo uma missão no maior país da América Latina, o jovem general preservaria a longa tradição familiar (Goyet, 1975:19). Além disso, ganharia pontos importantes em sua ascensão hierárquica.

Gamelin havia recebido “boa educação”, mostrava boas maneiras, vestia-se impecavelmente e sua facilidade de comunicação era muito comentada. Em Saint-Cyr, a prestigiada escola francesa de formação de oficiais, obtivera o primeiro lugar numa turma de 499 alunos. Logo em seguida, enviado à Tunísia e à Argélia, deixara sempre a melhor impressão em seus comandantes. Como capitão, apresentara bom desempenho na Escola de Guerra, que preparava oficiais de Estado-Maior, obtendo as seguintes observações ao final do curso:

Inteligência superior, muito vivo e aberto, espírito fino, lúcido, metódico, cultivado; julgamento seguro e pronto. Muito bem dotado para o estudo das altas questões da arte militar. Em tática, um sentido

MANUEL DOMINGOS NETO

desenvolvido e sólido. Caráter ardente, correto, firme, decidido. Muita personalidade. Muito ativo e resistente. Muito boas maneiras e educação [...] (Goyet, 1975:17).

Aos 48 anos, Gamelin acumulara experiência como oficial de Estado-Maior e, em seguida, como chefe de gabinete e confidante do marechal Joffre, um dos mais famosos comandantes franceses durante a Primeira Guerra Mundial. Gamelin ascendera rapidamente na hierarquia por conta do seu desempenho comandando uma divisão de infantaria numa guerra devastadora. Cedou, firmara reputação de homem culto, com pendor para a discussão filosófica; era reconhecido como excelente instrutor. Das muitas observações sobre seu desempenho profissional, uma delas, assinada por Joffre, dá a medida das expectativas do alto comando francês sobre sua carreira:

Ele foi para mim o colaborador mais precioso que pudesse desejar, jamais tendo fraquejado. Participando dos trabalhos do Centro de Altos Estudos, mostrou alta cultura militar e rápida concepção das situações mais difíceis. No interesse do Exército, deve ser promovido o mais rapidamente possível (Goyet, 1975:19).

No segundo semestre de 1918, Gamelin negociaria os detalhes do contrato da MMF diretamente com o ministro da Guerra brasileiro, Cardoso de Aguiar, decididamente empenhado na remodelação do Exército. No primeiro semestre de 1919, Gamelin chega ao Brasil, numa viagem de exploração inicial e de planejamento. Em 1920, a MMF iniciaria de vez sua obra.

3 A DEFESA DO INTERESSE FRANCÊS

Entre os numerosos relatórios diplomáticos dando conta das repercussões dos primeiros contatos de Gamelin, o do cônsul francês de Porto Alegre talvez seja o que melhor expri-

me a significação, para a França, da obtenção do contrato para instruir a força terrestre brasileira: “Seja como for, é um sucesso de nossa diplomacia, em benefício da influência moral e da expansão econômica da França no Brasil. E isto, através de intrigas tão surdas quanto interesseiras, inseparáveis de tais negociações”.⁷

Ao retornar da viagem ao Sul do Brasil e a São Paulo, Gamelin relata entusiasmado a seus superiores: “Em todo lugar, recebi a melhor acolhida e minha passagem deu motivos de homenagens à França”.⁸ Ao longo da sua permanência no Brasil, o chefe da MMF aproveitaria todas as oportunidades para a defesa dos interesses comerciais do seu país, sem descuidar dos seus próprios interesses e dos da sua equipe. A permanente atenção com sua imagem pessoal é sempre associada à defesa da própria imagem de superioridade da França.

Nas negociações que antecederam a assinatura do contrato da Missão, Gamelin resistira às tentativas de reduzir as atribuições da MMF, pleiteara vantagens materiais e facilidades para os oficiais que o acompanhariam; opusera-se ainda com firmeza quando as autoridades brasileiras pretenderam guardar o direito de recrutar técnicos estrangeiros para fábricas, arsenais e serviços geográficos. Mostrando a clara intenção de preservar para seu país o monopólio da orientação do Exército brasileiro e da produção de material bélico, o general francês explicara que aceitaria, no máximo, técnicos civis, não militares; argumentara que estas atividades, em particular as do serviço cartográfico, onde “tudo estaria por ser feito”, deveriam sincronizar-se com o ensino militar, cuja unidade caberia assegurar. A importância da cartografia não parava de crescer em virtude da rapidez dos deslocamentos de tropa e do desenvolvimento da aviação. Finalmente, conforme ficou acertado, o Brasil poderia contratar profissionais de outras nacionalidades, desde que civis.⁹

Nas conferências que proferia, era freqüente a presença das mais altas patentes do Exército e da Marinha. Uma delas foi assistida pelo próprio ministro da Guerra brasileiro. Os temas abordados, obviamente, referiam-se à Grande Guerra e aos diversos aspectos da modernidade militar. Nestas ocasiões, Gamelin apresentava o seu país como a vanguarda do progresso técnico, da ciência, da cultura e da civilização, fornecendo elementos para que todos concluíssem acerca da relevância do seu próprio papel pessoal na guerra. Seu currículo, distribuído formalmente pela MMF, enfatizava sua “notável” atuação em momentos decisivos do confronto mundial (Gamelin, 1926:11).

Ao analisar as operações militares de 1914, Gamelin afirmava que a França teria recebido a “perigosa honra de formar o Corpo de Vanguarda da civilização”, sendo a principal responsável pela resistência ao imperialismo germânico e propiciando a “todas as nações de igual formação intelectual, o tempo necessário para acorrerem à peleja” (Gamelin, 1926:53). Na Guerra, a França, “condenando-se à vitória total” sobre os alemães, ter-se-ia postado num “plano muito elevado” e agido como os “grandes artistas”, que, escolhendo motivos simples, não se permitem mediocridades (Gamelin, 1926:63). O elogio aos bons propósitos, à grandeza moral e à genialidade atinge o limite quando a França é habilmente confundida com as proezas militares de Napoleão:

O gênio incomparável que foi Napoleão, qualquer que seja o julgamento sobre as conseqüências imediatas ou remotas de seu domínio, vai-se desenvolvendo de obra prima em obra prima e termina por extinguir-se no esplendor (Gamelin, 1926:108).

Enquanto a derrota alemã na Primeira Guerra seria uma indubitável “condenação ao orgulho” de um povo cuja ambição desmedida o conduziu a perpetrar crimes de “lesa-humanidade”, a vitória francesa seria “a apoteose do esforço,

do longo e paciente labor que alcança o êxito, na ocasião precisa em que está prestes a se desesperar". Gamelin apresentava-se como representante incontestável do esplendoroso trajeto que atribuía à sua pátria; diante de uma platéia fascinada por sua prosa fluente, projetava-se como o guerreiro curtido no sofrimento, o chefe aprovado no mais espetacular confronto da história:

Nós as vivemos inteiras, aquelas horas angustiosas, em que os fracos corações já esmoreciam e os fortes começavam a perder a confiança em si próprios. Ora, é um ataque que não foi bem sucedido [...] De outra vez, é um contra-ataque inimigo que se mostra iminente [...] precauções de toda sorte, devendo ser tomadas febrilmente. A espera enervante da noite que cai, os tiros de barragem, os gases asfixiantes, o telefone cortado [...] Depois, na manhã seguinte, verifica-se que o inimigo, mais sofredor do que nós, recuara. De toda a frente de batalha, ergue-se um grito de satisfação. E cada um, olvidando as fadigas e aflições, marcha, alegremente, para a perseguição.

Os membros da MMF participavam ativamente da promoção da imagem de Gamelin selecionando, como tema de aulas e conferências, as operações da divisão que comandara durante a guerra. Temendo ressonâncias negativas em Paris deste obsessivo esforço de autopropaganda, Gamelin explicaria a seus superiores: "Fique entendido que estas conferências são feitas não apenas em vista do ensino, mas também como propaganda francesa, que nunca perdemos de vista".¹⁰

4 MILITAR OU AGENTE COMERCIAL?

Obstinadamente a França tentava impedir a rearticulação da indústria de guerra alemã. A conflagração mundial realçara os estreitos vínculos entre a potência militar e a capacidade tecnológica e industrial das nações. Mas a conquista de mer-

cados para a indústria bélica tornara-se um problema de defesa estratégica: sem produzir em escala, empresas direta ou indiretamente ligadas às atividades militares ficariam sem perspectivas. Se, durante o conflito, a pesquisa científica e a produção econômica se confundiam com a atividade militar propriamente dita, após a hecatombe, os militares prosseguiram tratando de problemas tecnológicos e econômicos convictos de que não fugiam aos assuntos da sua alçada profissional. Gamelin era até mesmo favorável a que os oficiais franceses estagiassem em fábricas de armamentos para se familiarizar com as últimas novidades e melhor dissertarem sobre as vantagens dos novos produtos a eventuais compradores. Longos relatórios eram enviados por Gamelin explicando as modificações que os fabricantes franceses deveriam fazer para adaptar o armamento às condições de combate no Brasil.¹¹

Impedida de fabricar e vender armas pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha tentava burlar a severa vigilância francesa. Paris pedia informações a Gamelin sobre todas as compras brasileiras de mercadorias alemãs suscetíveis de classificação como “material de guerra” e o chefe da MMF respondia pressuroso: “Desde que eu saiba que, apesar de meus esforços, o governo brasileiro compre na Alemanha material podendo ser considerado, de qualquer maneira, material de guerra, informarei telegraficamente”.¹²

Os franceses esmeravam-se na ampliação da abrangência do que poderia ser tido como “material de guerra”. Em 1921, a Alemanha tentava vender artigos de telegrafia ao Brasil, mas Gamelin, apoiado pelo marechal Cândido Rondon, impediu o negócio. Na mesma época, o marechal Foch, presidente do Comitê Militar Aliado de Versalhes, alertado por Gamelin, interrompeu a venda ao Brasil de cozinhas militares fabricadas na Alemanha. Atento às oportunidades de negócio, Gamelin empenhou-se também no fornecimento de tecidos para o fardamento, sugerindo a seus superiores que a França procuras-

se substituir a Inglaterra, tradicional fornecedora dessa mercadoria ao Brasil.¹³

Com a autoridade de quem havia estudado atentamente a geografia do Rio Grande do Sul como “teatro provável de operações de guerra” e constatadas as rarefeitas e mal conservadas estradas gaúchas, Gamelin sugeriu ao ministro da Guerra brasileiro que a viatura francesa Chenille Kegress seria a mais indicada para o transporte militar. Reportando o fato a seus superiores, considerava que esse negócio apresentaria “uma grande vantagem tanto para o Brasil quanto para a indústria francesa”. A MMF orientara a criação de um corpo de Intendência no Exército brasileiro e, já em janeiro de 1922, Gamelin comunicava ao comando francês que seu subordinado, o oficial intendente Buchalet, estava seguindo para a França com dois oficiais brasileiros para escolher e comprar fardamento, utensílios de acampamento e 500 viaturas do tipo que os franceses haviam desenvolvido para suas expedições coloniais.¹⁴

Gamelin introduzira no Brasil um engenheiro militar, o comandante Lacape, especializado na fabricação de pólvoras e explosivos. Este oficial, entretanto, por conta de atitudes arrogantes, logo se indis pôs com o general Tasso Fragoso, então diretor de material do Exército. Tasso mantinha as melhores relações com Gamelin, que solicitou imediatamente a substituição de Lacape por um oficial de patente menos elevada. O general francês temia que a fabricação de pólvora no Brasil caísse nas mãos de norte-americanos, pois o chefe do Estado-Maior do Exército, general Bento Ribeiro, havia enviado oficiais para conhecer a capacidade dos Estados Unidos nesse domínio. Como o Exército francês não tinha especialistas em pólvora disponíveis, Gamelin tentou convencer Tasso Fragoso a se dirigir diretamente a uma fábrica francesa. Tasso recusou a idéia e, habilmente, Gamelin propôs que o projeto formulado por Lacape para fabricação de pólvoras e explosivos fosse tomado como base para futuras negociações.¹⁵

Naquela época, as vendas que mais interessavam aos franceses eram de aviões e de material de artilharia. Nesses domínios, a concorrência era bem mais acirrada e Gamelin mostraria seu especial talento como estrategista de negócios comerciais: já em suas primeiras proposições para a reforma do ensino e para a remodelação do Exército, o comandante da MMF prescrevia em detalhes grandes aquisições.

A seleção do material de artilharia estava sob a responsabilidade da comissão chefiada por Tasso Fragoso, francamente simpático aos franceses (*très francophile*). Mas Tasso, segundo Gamelin, seria permanentemente pressionado pelo coronel Leite de Castro, descrito pelos franceses como um admirador da Alemanha. Esse oficial, que chefiaria uma missão do Exército brasileiro em Paris para compras de material bélico, seria agraciado com uma medalha da Legião de Honra. A condecoração instituída por Luís XVIII para recompensar todos os tipos de serviços prestados à pátria passara a ser amplamente utilizada para alimentar o amor-próprio de militares estrangeiros aliados.

Já em 1919, Tasso Fragoso descartara o canhão produzido pela Bethlehem Steel, então, a segunda maior empresa de siderurgia dos Estados Unidos. Impedida de fabricar e vender armas, a Alemanha apresentava as peças Krupp através da fábrica sueca Bofors, que pertencera a Alfred Nobel, notória pela qualidade da sua produção de aço e de explosivos. Tais expedientes da indústria alemã eram bem-sucedidos em diversos países, entre os quais a Argentina, que comprara metralhadoras Krupp, despertando preocupações da MMF. Indiretamente, entretanto, as compras argentinas, ao suscitar inquietações nos militares brasileiros, ajudavam a colocação dos produtores franceses no Brasil.¹⁶

Tasso Fragoso opta pelos canhões franceses Schneider e Saint Chamond, mostrando, aliás, os resultados dos seus estudos a Gamelin antes de passar o relatório definitivo ao mi-

nistro da Guerra brasileiro. Dirigindo-se a seus superiores, o chefe da MMF comentou: “Não se deve dar muita importância a este relatório porque, aqui, as influências políticas é que prevalecem”. Deixando claro que sua preocupação era a venda de produtos franceses, não a seleção qualitativa das armas para o Exército brasileiro, Gamelin ficou pouco à vontade para opinar sobre as opções de fabricantes apresentadas por Tasso: “Quando há apenas um concorrente francês em questão, é claro que eu o oriento da melhor forma possível”.¹⁷

Na verdade, os franceses tentavam vender mercadorias que não estavam em condições de produzir. Gamelin dirigiu-se muitas vezes a seu ministro da Guerra reclamando da incapacidade das indústrias francesas no atendimento de encomendas às quais dedicava o melhor dos seus esforços junto ao governo brasileiro. Relatava, até mesmo, os ataques que sofria da imprensa brasileira: “Os jornais de oposição apresentam a Missão Militar Francesa como uma missão comercial dedicada a vender os estoques inutilizáveis pelo Exército Francês”.¹⁸ Alguns jornalistas, jogando em favor dos alemães, tratavam a MMF de forma bem agressiva. Um comentário em *O Combate* assim se referia a Gamelin:

O senhor Gamelin, pelo que mostra, possui muito de bravura e de tino comercial. É um arrojado “commis-voyageur”, que só trata de nos impingir ferros velhos, aeroplanos remendados e toda espécie de material de guerra inteiramente imprestável. O seu maior heroísmo consiste em querer arruinar o país (n.90, ano I, Rio de Janeiro, 30/5/1921).

O ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, também era duramente atingido por sua postura simpática aos franceses:

[...] Enquanto o senhor Calógeras adquire canhões do modelo condenado e metralhadoras gastas pela guerra, a Argentina vai a Alemanha abastecer-se do melhor equipamento e adquirir o mais

moderno armamento da Casa Krupp (A Pátria, n. 248. anno 2, Rio de Janeiro, 22/5/1921.)

Contudo, a venda de canhões ao Brasil talvez tenha sido mais conturbada pela dura disputa entre os fabricantes franceses Schneider e Saint Chamond que exatamente pela ação dos simpatizantes da Alemanha. As duas empresas se desqualificavam mutuamente através da imprensa brasileira, e eram inúteis os apelos de Gamelin em favor de um entendimento. Em conversa com Gamelin, Tasso Fragoso chega a comentar que os métodos de Schneider seriam ainda mais “violentos” que os dos alemães da Krupp. A disputa desembocou num ponto em que os concorrentes passavam aos oficiais brasileiros relatórios confidenciais do Exército francês acerca dos seus respectivos produtos. Como tais relatórios sequer deveriam chegar às indústrias francesas, a Secção de Informações do Exército Francês abriu um inquérito para apurar o caso.¹⁹

Por fim, o Exército brasileiro optou pela compra do canhão Schneider, mas a demora na entrega da encomenda ensejara manobras dos partidários do modelo Krupp, estando o próprio ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, envolvido no negócio. Em maio de 1924, Setembrino procura Gamelin, interessado por sua opinião acerca do novo canhão produzido por Saint Chamond, pois havia sido informado de que se tratava de um tipo mais moderno do que o modelo Schneider encomendado; mostra-se ainda preocupado com a possibilidade de a Argentina adquiri-lo. Gamelin desconfiou da conversa e, três semanas depois, relataria a seus superiores que, conforme previra, “pois no Brasil era preciso desconfiar de tudo”, a pretensão de Setembrino seria camuflar a negociação em curso para a aquisição do canhão 75 Krupp, refundido pela indústria austríaca Bofors. Esses entendimentos, de fato, representavam uma tentativa do fabricante alemão de receber o pagamento de compras efetuadas antes da Guerra. Impedida de negociar e

receber pagamentos por material bélico, a Krupp tentava camuflar a operação.²⁰

Gamelin informa ainda que o responsável pelas protelações na compra do canhão Schneider e pelas “intrigas” contra a MMF seria o representante das empresas Bofors e Krupp no Brasil, um oficial brasileiro que integrara o Estado-Maior do ministro da Guerra. O caso seria também de interesse de oficiais do gabinete e de familiares do ministro Setembrino de Carvalho. Gamelin estendia suas acusações ao general Leite de Castro, chefe da comissão de compras do Exército brasileiro em Paris. Ao pressentir a possibilidade de perder o importante negócio, Gamelin pede autorização a seus superiores para ameaçar o governo brasileiro com o retorno da MMF caso os alemães obtivessem as encomendas.²¹

5 VALE-TUDO PARA VENDER AVIÕES

A complexidade e a aspereza da disputa pela venda de aviões militares ao Brasil superavam as das manobras para as vendas de canhões. Desde 1911, as escolas de aviação européias recebiam oficiais brasileiros; no início de 1913, é criada, no Rio de Janeiro, a Escola Brasileira de Aviação, dirigida por um italiano e um argentino, civis empregados pela indústria francesa. Esta escola dispunha dos modelos Farman e Blériot; subvencionada pelo governo brasileiro, formaria pilotos para o Exército e para a Marinha. Por força de contrato, o governo brasileiro poderia, em caso de necessidade, requisitar os aviões e o pessoal da escola.

Entretanto, a implantação da aviação militar no Brasil foi interrompida com a eclosão da Guerra, que inviabiliza a compra de material. Antes de terminado o conflito, a indústria aeronáutica, que em poucos anos crescera exponencialmente, retoma a disputa pelo mercado brasileiro. Na época, os Estados Unidos estavam em boas condições para exportar aviões e al-

guns oficiais brasileiros foram enviados para estagiar neste país. Em 1916, o Ministério da Marinha funda a Escola de Aviação Naval e os primeiros hidroaviões foram comprados a Curtiss American Company (Lavanère-Wanderley, 1975), que instalou seu escritório de representação no Rio de Janeiro. Mas, já em 1918, as empresas Handley Pagge, da Inglaterra, e Caproni, da Itália, construíam ateliês no Brasil para a montagem de aeronaves e fabricação de peças de substituição.

Enquanto a Marinha dirigia suas encomendas aos Estados Unidos, o Exército voltava-se para a França. Nas negociações para o contrato da MMF, conforme estabelecido, os franceses organizariam e dirigiriam a Escola de Aviação do Exército. Praticamente todo o material desta escola foi comprado de empresas francesas. Em 1919, quando chegaram as primeiras encomendas, o material ficou detido muitas semanas na Alfândega. Estranhando o fato, os franceses verificaram tratar-se de manobras de agentes da Curtiss American Company para atrasar a inauguração da Escola. Na mesma época, os técnicos da empresa italiana Caproni haviam feito exaustivos levantamentos de locais para campos de pouso na acidentada topografia do Rio de Janeiro, e optaram por um terreno na Ilha do Governador. Os agentes da Handley-Pagge, ao terem conhecimento dos relatórios dos italianos, tentaram anteceder-lhes na compra do terreno indicado.²²

Na concorrência, os franceses estavam em posição confortável em virtude da influência da MMF. Além disso, os antigos laços estabelecidos com Santos Dumont, uma glória nacional, facilitaram suas iniciativas. Antes da Guerra, Santos Dumont colocara seus aviões à disposição do Exército francês, desde que não fossem usados contra países americanos. As experiências do “pai da aviação” haviam sido realizadas com material francês. Prevendo, antes da Guerra, o valor da aviação como instrumento militar, Santos Dumont realizara com militares franceses testes de uso do avião em manobras táticas. Depois

da Guerra, no auge da glória, tornar-se-ia elemento fundamental na orientação dos agentes franceses envolvidos na conquista do mercado brasileiro.²³

Alguns meses após a chegada dos instrutores, a Escola de Campo dos Afonsos foi inaugurada. Os franceses tentavam apresentar o máximo de resultados, evitando os acidentes que poderiam ser catastróficos à sua imagem. Ainda em 1919, formaram-se os primeiros pilotos. Neste mesmo ano, o capitão Etienne Magnin, chefe da Missão Francesa de Aviação, propôs a participação de aviões em manobras do Exército com o intuito meramente publicitário: os aparelhos eram específicos para a instrução e pilotados pelos próprios instrutores da Escola. Entusiasticamente os militares brasileiros aceitaram a novidade.²⁴

Rotineiramente os franceses promoviam seguidos espetáculos, sob os mais variados pretextos (a inauguração de um ateliê, a entrega de brevês, a chegada de autoridades, etc.), deixando extasiada a população do Rio de Janeiro. O capitão Magnin, que no Brasil ocupava o posto de coronel, explicava ao ministro da Guerra francês:

A publicidade que faço aqui em torno do trabalho efetuado por nossa missão a cada vez que a ocasião se apresenta pode vos parecer estranha. Entretanto, ela é necessária num país como o Brasil, onde a imprensa exerce uma influência considerável não apenas sobre o espírito popular, mas também sobre o das classes dirigentes. Tenho também que lutar contra a intensa propaganda feita pelos ingleses, representados pela empresa Handley-Pagge; os americanos, representados pela empresa Curtiss, e os italianos, representados pela empresa Caproni.²⁵

Gamelin acompanhava atentamente os lances da concorrência. O representante da Handley-Page solicitara ao comando do Exército brasileiro autorização para realizar de-

monstrações no campo de aviação militar e oferecia gratuitamente aparelhos para uso da Escola. Os italianos agiam da mesma forma.²⁶ Em 1920, Gamelin mostrava-se preocupado com as difíceis condições da indústria francesa para enfrentar a dura concorrência:

Nossas empresas de aviação, não querendo levar sua parte, recolhemos o fruto de nossa apatia. Os norte-americanos se instalaram em São Paulo com uma escola de aviação. Esta escola recebe inclusive os alunos da Força Pública. Os italianos ofereceram um aparelho Caproni que foi imposto à Escola de Aviação militar e o fato permitiu a 2 aviadores italianos se introduzirem na Escola sob o pretexto de realizar demonstrações. Por outro lado, os italianos criaram o posto de adido militar da aviação junto ao Embaixador.

Enfim, os jornais anunciam a organização a curto prazo de uma linha postal aérea Rio-São Paulo aos cuidados de uma empresa americana. Aliás, por razões que não compreendo, o comandante Precardin renunciou aos projetos para o Brasil que ele havia exposto, a mim e a M. Castillon St. Victor e que eu tinha solicitado a permissão para dar prosseguimento.

Não vejo outro modo de lutar, provisoriamente, pelo menos para salvar a reputação, que pedir a nossos aviadores militares para se desdobrarem. Daí ter solicitado o envio de 2 Bréguets de "grand raid".

Magnin conhece, aliás, todas estas questões melhor que eu. Espero que ele possa sacudir a apatia de nossos construtores. As empresas francesas não poderiam confiar aparelhos à Missão?²⁷

Em 1921, a indústria francesa aumenta ainda mais suas perspectivas de vendas ao Brasil com a organização de um grupo de esquadrilhas de aviação no Rio Grande do Sul, proposta por Gamelin.

A partir de 1922, a expectativa francesa de vendas passa a correr riscos não apenas devido à concorrência, mas também ao movimento tenentista. Numerosos oficiais aviadores envolviam-se no movimento e as instalações da Escola foram ocu-

padas por forças leais ao governo. Após a rebelião de julho de 1922, a Escola ficaria muitos meses inativa. Em 1924, a maioria dos alunos foi presa; a Escola permaneceria fechada por dois anos. Boa parte dos aviões fora destruída pelo exibicionismo dos jovens oficiais, ávidos de notoriedade, amantes de acrobacias. Dos 140 aviões do Exército, quase todos franceses (80 Nieuport, 40 Bréguet e 20 Spad), poucos estavam em condições de funcionamento. Os oficiais aviadores, particularmente sensíveis à modernização do país, apesar do seu número irrisório, marcaram forte presença nos acontecimentos que precederam a Revolução de 1930. O governo passou a vacilar no apoio ao desenvolvimento da Aviação Militar.²⁸

Não obstante, os franceses redobram seus esforços para assegurar encomendas de aviões, mesmo porque havia sido dada a largada na disputa pela exploração das linhas comerciais e a Alemanha voltava à cena em grande estilo. Com vistas a manter o monopólio do fornecimento para o Exército, Gamelin preocupava-se com a ofensiva dos italianos que ofereciam aviões mais baratos com as mesmas características dos modelos franceses. Embora o chefe da MMF contasse com o apoio do ministro Cardoso de Aguiar e do general Tasso Fragoso, teria de enfrentar a insistente atuação do chefe do Estado-Maior, Bento Ribeiro, cujo filho era acusado de atuar em favor da indústria italiana. Gamelin acusava ainda a má vontade do general Leite de Castro, que continuava em Paris, como chefe da comissão de compras do Exército brasileiro.

6 A AUTORIDADE DE GAMELIN

No relatório em que prestou contas ao governo francês dos seus cinco anos de trabalho no Brasil, Gamelin destacou a hostilidade que teria sofrido de altas patentes do Exército brasileiro:

MANUEL DOMINGOS NETO

O que tornou a tarefa difícil quando cheguei ao Rio foi a hostilidade da maior parte do Exército à reorganização militar. Logo percebi que a totalidade do Alto Comando não via com bons olhos a intrusão de alguém chamado a perturbar sua ociosidade e os benefícios proporcionados por abusos inveterados. Tive, entretanto, o apoio do Ministro da Guerra (Pandiá Calógeras) e do presidente da República (Epitácio Pessoa). Nossos adversários se agrupavam com o chefe do Estado Maior, general Bento Ribeiro, cercado por um grupo de oficiais claramente germanófilos. [...]

Na assinatura do contrato, apareceram os primeiros problemas com o Estado Maior, que queria reduzir nossas atribuições. [...] Uma violenta campanha de imprensa financiada por alemães quase pôs tudo a perder. Foi preciso manter a cabeça fria para evitar a reação que nossos adversários esperavam, uma prova de paciência e calma.

Quando, apoiado por nosso embaixador, senti chegar a hora de expor ao Ministro e ao presidente da República que a ação do chefe do Estado Maior (Bento Ribeiro) era incompatível com o funcionamento da Missão, eles já o haviam constatado por seus próprios meios. Pediram-me somente para ter confiança neles e que lhes deixasse escolher o momento favorável. De fato, eles fizeram com que o chefe do Estado Maior se demitisse, passando à opinião pública que o conflito era com o Ministro, não comigo.²⁹

A incompatibilidade referida não derivava apenas da aglutinação, em torno de Bento Ribeiro, de oficiais que Gamelin fazia questão de apresentar como “claramente germanófilos”, mas sobretudo do fato de o francês não admitir reduções da sua autoridade e das tentativas de Ribeiro de evitar a estrita dependência aos fabricantes franceses. Em que pese a sua admiração pelo Exército alemão, Bento Ribeiro não era um “germanófilo” e, em virtude particularmente do seu empenho, o Congresso Nacional autorizara em 1917 a contratação da MMF. A animosidade de Gamelin era alimentada pela determinação de Bento Ribeiro de reservar, para oficiais brasileiros, a orientação de determinadas iniciativas. Durante o período em que

chefiara o Estado-Maior (1915-1921), o Exército deu o primeiro grande passo rumo à sua transformação ao implantar efetivamente o Serviço Militar Obrigatório. Ribeiro dedicara-se sistematicamente aos planos de remodelação do Exército e chamara a atenção para a necessidade de torná-lo autônomo em relação aos fornecedores estrangeiros. Assim se expressava Bento Ribeiro antes da chegada da MMF:

É indispensável abordar resolutamente o problema de nossa organização militar e resolvê-lo de modo reto e consciente, estudando maduramente um programa racional e prático e pondo-o em execução rigorosa, sem desfalecimentos nem fraquezas.

Há, certamente, enormes obstáculos a vencer e um deles é o da independência absoluta de recursos materiais do estrangeiro (Banha, 1984:53).

Bento Ribeiro, revelando preocupações estratégicas, defendia com vigor o desenvolvimento da indústria naval, da siderurgia e da exploração do carvão, sempre chamando a atenção para a necessidade de domínio das novas tecnologias. Empenhava-se pelo sucesso da Fábrica de Pólvora sem Fumaça de Piquete e da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra. Para efeito, enviara uma comissão de oficiais brasileiros aos Estados Unidos. Como chefe do Estado-Maior, firmara inequívoca liderança sustentando a necessidade da autonomia operacional do Exército. Retirando lições da Guerra Mundial, observava: “Um exército sem munição e sem material não está à altura de sua missão, o que importa em confessar que um país sem indústria militar está a mercê do desconhecido, do imprevisível e, conseqüentemente, sua defesa militar corre perigo” (Banha, 1984:47).

Por conta de tais idéias, Gamelin via nesse oficial uma fonte de perturbação a seus empreendimentos. Em nenhuma hipótese, o militar francês aceitaria que sua autoridade fosse inferior

à do chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro. Em setembro de 1920, quando o rei Alberto, da Bélgica, visitou o Brasil, os organizadores da recepção oficial determinaram que Gamelin tomasse assento junto ao corpo diplomático acreditado no país. Gamelin recusou o convite alegando que, pelos termos do contrato da MMF, teria direito a participar de solenidades ao lado do chefe do Estado-Maior do Exército.³⁰

A disputa pela autoridade revelou-se de forma aguda quando Bento Ribeiro decidiu mudar a designação dos oficiais franceses que dirigiam as escolas de “comandante” para “diretor técnico”. Gamelin interpretou a decisão como resultante de manobras de um *petit groupe* “de oficiais germanófilos” que fomentava intrigas contra a MMF. Jamais admitindo que os brasileiros reagissem mal às suas investidas em favor dos industriais franceses e à sua veleidade de monopolizar o saber, Gamelin passava ao comando do Exército francês a noção de que tais atitudes seriam manifestações antifrancesas. Sem contemporizar, lembrou a Bento Ribeiro que o termo “comandante” estava previsto no contrato e que só poderia ser modificado com o assentimento do seu governo.³¹

Mas a “germanofilia” de Bento Ribeiro era falsa. Propositadamente, Gamelin menosprezava o empenho que este oficial brasileiro revelara em favor da contratação da MMF. A incompatibilidade do general francês com Bento Ribeiro decorria do claro esforço deste oficial no sentido de garantir autonomia técnica ao Exército brasileiro. Gamelin suportava mal a idéia de que a equipe de trabalho por ele chefiada fosse dispensável por oficiais de um país que percebia como inferior, cuja população era composta majoritariamente de “mestiços sem educação política”. Neste sentido, fazia coro com intelectuais brasileiros, civis e militares, os quais, empenhados na construção do sentimento nacional, chamavam a atenção para o que consideravam mazelas da vida pública brasileira. Assim se exprimia Gamelin:

No Brasil, já escrevi isso muitas vezes, a opinião pública, tal como a conhecemos na Europa, não existe e nem é levada em consideração. Se quisermos ter contato com brasileiros de verdade, estes que fazem a força real e que produzem para a nação, é nas fazendas ou nas pequenas cidades do interior que vamos encontrar, não no Rio, onde se concentram, além de uma elite cosmopolita, aproveitadores da política e dos negócios.³²

A idéia de inexistir no país opinião pública e sentimento nacional era bem disseminada entre brasileiros habituados a avaliar a sociedade a partir de comparações com a Europa desenvolvida. A Grande Guerra firmara o Estado nacional como a única forma de organização política compatível com a civilização moderna; governantes e militares seriam legitimados à medida em que fossem reconhecidos não como representantes de deuses, castas ou dinastias, mas de comunidades nacionais. Na confrontação de 1914-1918, a mobilização para a Guerra e a própria organização de Forças Armadas eram confundidas com os esforços de construção das nacionalidades. Gamelin encontrava, no país e, sobretudo, no Exército brasileiro, um ambiente impregnado de nacionalismo e postava-se na elevada condição de orientador da organização da “nação armada”. Logo no início do seu trabalho, respondendo a indagações do Estado-Maior do Exército francês acerca da situação militar brasileira, Gamelin informaria: “A organização da nação em vista da guerra, no Brasil, ainda está na infância e a MMF se ocupa precisamente de estabelecer seus fundamentos lógicos”.³³ Por “fundamento lógico”, o general francês queria dizer os princípios norteadores do braço armado do Estado nacional, princípios que orientariam o que, na época, se chamava “doutrina de guerra”.

Atenta ao processo mundial de construção das nacionalidades como base para a defesa militar, bem antes da chegada de Gamelin ao Brasil, a revista dos “jovens turcos”, *A Defesa Nacional* (n. 38, 10/11/1916), considerava que a adoção da

fórmula “nação armada” seria o “único meio para despertar o civismo e a unidade do ideal patriótico entre os brasileiros”. Portanto, a forma como Gamelin observava os brasileiros não era estranha aos militares modernizadores. O problema é que o general via nesses oficiais que se candidatavam a apóstolos da pátria as mesmas características negativas que percebia na população: tendência à ociosidade, práticas desonestas (ou “abusos inveterados”), ausência de nobres motivações, gosto pela maledicência e, o mais grave, falta de visão e de critério.

Como soe acontecer aos aspirantes a grandes chefias militares, o general francês apresentava-se como paradigma da competência e da moralidade, apontando incansavelmente debilidades profissionais e falhas de caráter nos oficiais brasileiros que mais se destacaram no esforço reformista. Acerca de Hermes da Fonseca, que na condição de ministro da Guerra, desencadeara, a partir de 1904, as grandes mudanças no Exército, sua apreciação era pesada. Comentando a famosa carta falsa atribuída a Arthur Bernardes, contendo afirmações desairosas a respeito de Hermes, episódio que serviu de estopim a rebeldias militares em série nos anos 1920, Gamelin considerou que o seu conteúdo era “perfeitamente justo” e que, apenas, seriam “coisas que não se escreve”.³⁴

Sobre Pandiá Calógeras, o civil que, no Ministério da Guerra, entre 1919 e 1922, coordenava os esforços pela modernização do Exército, o chefe da Missão Francesa demonstraria respeito à sua inteligência, não ao seu caráter: o ministro, assim como o seu chefe de gabinete, coronel Malan d’Angrogne, agiriam de má fé. Contrariado pelo fato de Calógeras contratar oficiais austríacos reformados para, na condição de civis em missão científica, orientarem o serviço cartográfico do Exército, o que configurava uma derrota para a MMF, Gamelin informou a seus superiores:

O ministro da Guerra, Calógeras, e seu chefe de gabinete, coronel Malan, ex-adido militar brasileiro em Paris, agiram com absoluta má fé comigo. Quanto mais convivo com o senhor Calógeras, mais penso que o seu caráter não está à altura de sua inteligência e que não se pode acreditar em suas declarações de simpatia para com os franceses.³⁵

À medida que se familiarizava com o meio militar nacional, Gamelin tomava os oficiais como “falsos”, e desconfiava até mesmo dos incondicionais admiradores da França que lhe prestavam permanente solidariedade e apoio, a exemplo do general Tasso Fragoso, um dos mais conceituados comandantes brasileiros da época:

O general Tasso Fragoso me apoiou no desenvolvimento de nosso papel de instrução na medida em que lhe permitem o seu espírito versátil, seu gosto pelos detalhes e sua mania de fazer tudo sozinho. Sem dúvida, sua vaidade crescente lhe dificulta suportar minha tutela. Mas não penso que, a menos que seja mais falso do que eu suponho – e qual o brasileiro que não o é? – ele será nosso adversário, como alguns intrigantes costumam me dizer.³⁶

Apesar desse conceito tão negativo sobre Tasso Fragoso, o general francês assinalaria, na dedicatória, escrita em português, do exemplar do livro *Assumptos Militares* (uma coletânea de suas conferências no Rio de Janeiro, hoje preservado pela Biblioteca da Escola de Estado-Maior), que Tasso seria “incontestavelmente a maior cabeça do Exército brasileiro e uma das mais completas cerebrações (sic) militares da América do Sul”.

Medindo os outros por si próprio, Gamelin encarava os oficiais brasileiros como concorrentes ardilosos ou antagonistas potenciais, sempre prestes a golpes baixos e jogadas enganosas. Em relatório secreto ao ministro da Guerra da França, vangloriava-se de tal postura: “Uma longa convivência com

os brasileiros mostrou-me que, sem os agredir, é sempre conveniente mostrar-lhes que não podem nos enganar. Do contrário, eles pensam que temos medo e se aproveitam disso imediatamente".³⁷

Independente de traços próprios à sua personalidade e dos hábitos impressos pela carreira militar, trabalhando em ambiente que avaliava tão minado, Gamelin não poderia deixar de exigir obediência indiscutível. Para a tarefa que assumira, de modernizar o Exército brasileiro tornando-o caudatário do Exército francês, seria indispensável firmar autoridade incontestada.

Mas, nos relatórios enviados a Paris, o chefe da MMF exprimiria suas reais convicções acerca do Exército brasileiro ou procuraria, sobretudo, valorizar seu desempenho pessoal? A pergunta procede quando se leva em conta que Gamelin, ao longo da sua carreira, buscou obstinadamente a ascensão até chegar ao posto máximo no Exército francês. Os relatórios enviados do Brasil, onde destacava sua habilidade ao suplantando os percalços opostos aos interesses franceses, causariam boa impressão em seus superiores. Seja como for, Gamelin tanto impressionava seus comandantes como conquistava a afeição e o respeito dos militares brasileiros. Não consta que estes tenham suspeitado do conceito negativo manifestado pelo francês a seu respeito.

Em março de 1920, quando se esforçava para marcar pontos inaugurando as primeiras escolas organizadas pelas MMF, Gamelin se inquietava diante do interesse de oficiais brasileiros em absorver rapidamente os ensinamentos para que os instrutores estrangeiros fossem dispensados:

A crise anti-francesa, que assinali em junho do ano passado, após ter sido atenuada, reapareceu como se fosse uma doença endêmica. Nossa ação tornou-se muito mais difícil, num ambiente medíocre. Salvo alguns raros amigos, convictos e fiéis, o sentimento de muita gente é de nos aceitar, pois não poderia ser diferente, mas de

limitar nossa influência geral. Muitos, todavia, e entre eles os mais inteligentes, querem nos utilizar rapidamente na intenção de nos dispensar logo que possível. É nesta carta que precisamos jogar, pois é o que nos permitirá realizar um trabalho tangível. É um jogo permanente de chicanas e mesquinhasias.³⁸

Entretanto, os esforços de Gamelin para reorganizar o Exército brasileiro só teriam sentido se ficasse garantido o prolongamento da dependência em relação ao sistema militar-industrial francês. Não lhe ocorria, obviamente, favorecer a defesa autônoma do Brasil. A disputa vitoriosa que manteve com Bento Ribeiro é exemplarmente reveladora das suas intenções e da sua astúcia. O conflito chegou ao limite quando o filho de Bento Ribeiro, um tenente do Exército acusado pelos franceses de receber propinas, atuou em defesa da indústria aeronáutica italiana. Gamelin, peremptório, comunica ao ministro da Guerra, Cardoso de Aguiar, que não obrigaria seus oficiais a utilizar aparelhos não fabricados na França. Ao sentir a permanência da Missão ameaçada, o ministro cede, e autoriza a compra de aviões franceses mesmo a preços mais elevados que os dos italianos.³⁹

Tão freqüentes desentendimentos resultaram na demissão de Bento Ribeiro da chefia do Estado-Maior e na nomeação do general Celestino Alves Bastos, tido pelos franceses como grande aliado. Gamelin solicita imediatamente a seus superiores a concessão da medalha da *Légion d'honneur* para Alves Bastos.

O general Luís Barbedo, comandante da guarnição do Rio, o mais importante conjunto de homens e meios militares do Brasil, tentou organizar uma manifestação de solidariedade a Bento Ribeiro. Como não obtém sucesso, é igualmente levado a pedir demissão. Mas Gamelin não se dava por satisfeito: considerando que a subordinação dos oficiais seria um “sinal dos tempos”, um “progresso do espírito militar”, lamentaria que o go-

verno não aproveitasse a ocasião para preencher os cargos vagos por jovens oficiais: “A antiguidade continua triunfando, o que é singularmente perturbador para o futuro”. Os generais em ascensão não eram hostis à MMF, mas Gamelin os julgava “intelectualmente envelhecidos e, mesmo fisicamente, sem condições de assimilar novos pontos de vista”. Gamelin, com razão, antevia a explosiva convivência, na mesma tropa, de oficiais com formação profissional e mentalidades distintas. Os conflitos alimentariam o movimento tenentista na última década da República Velha, quando os jovens revelaram com estardalhaço seu desprezo por uma hierarquia formada à moda antiga.

Cerca de um ano depois da demissão de Bento Ribeiro, Gamelin relatava, satisfeito, ao comando francês, que havia proferido conferência sobre a “estratégia de Napoleão” assistida pela quase totalidade dos generais presentes no Rio de Janeiro, o que revelava sua habilidade em meio a tensões que envolviam, inclusive, políticos civis.⁴⁰

7 UM GENERAL DE DUAS PÁTRIAS

O discurso pronunciado por Gamelin em junho de 1921, na inauguração da Escola de Infantaria, com a presença do Presidente da República, ilustra a capacidade de Gamelin de dissimular seu papel de agente estrangeiro. Com frases habilmente articuladas, o general francês não poupou auto-elogios, insinuou-se como profissional de competência incontestada, homem de elevados propósitos, herói ferido em batalhas, mas sempre humilde, consciente da sua fragilidade. A fala é cheia de esperanças típicas de homens de negócio e de políticos matreiros, atentos ao que pode conferir legitimidade. Como nenhum outro motivo, além da preocupação com o destino da pátria, justificaria melhor as grandes despesas e os ingentes esforços exigidos para a modernização do Exército, Gamelin, sem aca-

nhamento, declarou-se inteiramente devotado à grandeza da pátria brasileira!

Trazemos ao Brasil, depois de uma longa preparação, os ensinamentos da guerra moderna, nossa própria experiência no campo de batalha. Mas estimamos respeitar, em todas as circunstâncias, vossas tradições e vossas condições especiais de clima e terreno [...]

Muito particularmente nos domínios da organização dos serviços e especialmente das questões de abastecimento, nada de sólido e durável pode se fazer sem a colaboração estreita e confiante das energias e competências da nação.

Sob qualquer aspecto que analisemos, um exército só pode ser essencialmente nacional.

Trabalhamos com o mesmo ardor e a mesma convicção como se estivéssemos em nosso próprio país. Descendentes dos que proclamaram os direitos do homem e a liberdade dos povos, sabemos aceitar todas as críticas de boa fé. No mais, levamos em conta que não há iniciativas de interesse geral que não contrariem frequentemente interesses particulares. Uma obra humana nunca está isenta de fraquezas. Mas a honra de oficiais que passaram pela prova do campo de batalha e que, quase todos, foram gloriosamente feridos, está acima de certas injúrias e insinuações.

É, portanto, de todo o coração, que prosseguiremos no caminho traçado. Asseguramos novamente, senhor Presidente, o nosso inteiro devotamento a vossa causa: a grandeza da pátria brasileira!

Anos depois, o general de duas pátrias que o Brasil contratou para modernizar seu Exército assumiu o comando supremo das tropas francesas. Nesta condição, mostrou que suas qualidades de político ardiloso preponderaram sobre as do estrategista militar. Não obstante, para os oficiais brasileiros empenhados na modernização do Exército, Gamelin permaneceria como exemplo de profissional e de amigo do Brasil, reve-

renciado como o militar estrangeiro que mais se distinguiu na orientação dos oficiais brasileiros.

Na ocasião em que Gamelin, em Paris, foi agraciado com a medalha de Grande Oficial da Legião de Honra, a revista *A Defesa Nacional* (n. 154, 10/10/1926), porta-voz daqueles que o oficial francês estigmatizara como inimigos da França, extravasou seu contentamento lembrando “os imensos serviços prestados pelo ilustre general ao país e especialmente ao nosso Exército”. A revista assinalou ainda que os serviços prestados por Gamelin poderiam ser “desconhecidos por alguns” ou ainda não “bem compreendidos por todos”, mas saudava entusiasmadamente o general francês como o incontestável “fundador da doutrina de guerra” adotada pelo Exército brasileiro. Essa doutrina teria os seus princípios fixados nos regulamentos e nos ensinamentos que Gamelin difundira em “soberbas lições práticas e teóricas nos terrenos de manobras e nas salas de conferência”. Gamelin legara, também, segundo *A Defesa Nacional*, um “exemplo admirável de chefe militar moderno por conta de sua soberba cultura militar e sua grande cultura geral”. Os seus ensinamentos seriam atualizados, mas jamais postos em dúvida pela hierarquia militar que conviveu com Gamelin e que viria a influir decisivamente nos rumos do Brasil. “Gamelin disse: então preciso meditar”, assinalava o periódico dos oficiais modernizadores.

No discurso pronunciado em 6 de setembro de 1927, no banquete de despedida do general Coffec, que substituíra Gamelin, e da chegada do novo chefe da MMF, general Spire, o ministro da Guerra, Nestor Sezefredo Passos, referiu-se a Gamelin nos seguintes termos:

Há três anos o nosso querido amigo, general Gamelin, do qual sempre nos lembramos com muita saudade, tanto os que tiveram a felicidade de ser seus discípulos, entre os quais tenho a vaidade de me incluir, e os que, por algum motivo se aproximaram dele, o gene-

ral Gamelin nos dizia que entre as melhores lembranças de sua carreira, conservava sempre a impressão de ter realmente pertencido ao Exército brasileiro, tal o jeito com o qual todos nós o chamávamos de “meu general”.⁴¹

Durante décadas, a condição de ex-aluno de Gamelin seria exibida como ponto importante na carreira de oficiais brasileiros.

Uma análise dos ensinamentos doutrinários de Gamelin, do seu projeto de modernização do Exército brasileiro, dos regulamentos que redigiu e das escolas especializadas que organizou excede as pretensões deste artigo. Mas essas anotações sobre as intenções, maneiras e vitórias do general num meio que ele insistentemente caracterizava como falso e medíocre, quem sabe ajudem também a refletir sobre um erro trágico do poder político francês no final dos anos 1940: a entrega do comando supremo das forças terrestres a este general. Ante o avanço bem planejado e impetuoso dos tanques nazistas, Gamelin não esboçou resistência digna de respeito. As qualidades de um bom vendedor de armas, de um orador de mão-cheia e de um diplomata hábil nos bastidores, nem sempre combinam com as marcas exigidas de um comandante-em-chefe quando a pátria está em perigo. Gamelin ficou prisioneiro de Hitler. Ao sair do cárcere, passaria o resto dos seus dias tentando transferir a outros a responsabilidade pela grande humilhação imposta à sua pátria pelas tropas de Hitler. Sobrou-lhe habilidade para galgar e manter-se num posto que não tinha condições de ocupar; faltou-lhe grandeza para admitir sua incapacidade como estrategista e comandante militar.

Charles De Gaulle foi discretamente ao seu pouco concorrido enterro, em 1952. Em que pese o gosto francês pela homenagem aos guerreiros, Gamelin não designa hoje nenhum logradouro público de Paris. Mesmo nas vetustas instalações do

Château de Vincennes, onde se instalara por ocasião do grande confronto com os nazistas, nada lembra sua passagem.

Entretanto, quem visitar hoje a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, no Rio de Janeiro, pode encontrar logo na entrada, à esquerda, perto das instalações do comandante, uma discreta sala que agasalha uma fotografia de Gamelin e algumas recordações do tempo em que preparou a corporação para, em nome da pátria, interferir profundamente na vida brasileira.

Esse trabalho contou com o apoio da CAPES e do CNPq. Agradeço as observações de meus colegas Eurico de Lima Figueiredo, Otávio Velho e Mônica Martins.

REFERÊNCIAS

BANHA, Paulo da Motta (Coord.). **História do Estado maior do exército**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

BASTOS, Jayme A. **A missão militar francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de; CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GAMELIN, M. **Assumptos militares**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1926.

GOYET, Pierre le. **Le mystère gamelin**. Paris: Presses de la Cité, 1975.

LAVANÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. **História da força aérea brasileira**. Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1975.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

NOTAS

¹ *A Defesa Nacional*, n. 149-150, maio-jun., 1926

² Sobre o interesse das potências européias no envio de missões militares ao Brasil, escrevi *A Disputa pela Missão que Mudou o Exército*. Trato das mudanças na corporação e de suas conseqüências em *Acerca da modernização do Exército*. In: *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v.22, n.3, 2004.

³ Nesse trabalho, utilizo particularmente a correspondência do adido militar francês no Brasil, comandante Fanneau de la Horie. *Rapport au Ministre de la Guerre*, Rio de Janeiro, 13/12/18, SHAT.

⁴ Fanneau de la Horie. *Rapport au Ministre de la Guerre*, Rio de Janeiro, 13/12/18, SHAT.

⁵ *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n.190, p.15, out. 1929.

⁶ Ministério da Guerra. Relatório do ministro Alberto Cardoso de Aguiar. Rio de Janeiro, 3/5/1919.

⁷ Consul de France à Porto Alegre, *Lettre au Ministre des Affaires Étrangères*. Porto Alegre, 27/4/1919, SHAT 7N 3391.

⁸ M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.9, 11/6/19 – SHAT, 7N 3391.

⁹ M. Gamelin. *Rapport Secret au Ministre de la Guerre*, Rio de Janeiro, n.9, 11/6/1919, SHAT, 7N 3391.

¹⁰ M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.280, 29/11/21, SHAT, 7N 3391.

¹¹ M. Gamelin. *Rapports Secrets*, Rio de Janeiro, n.378, 19/8/1920; n.6 de 05/01/1922, n.21, 17/01/1922, SHAT 7N 3391.

¹² M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.285, 30/11/1921, SHAT, 7N 3391.

¹³ M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.241, 07/10/1921, SHAT, 7N 3391; Comite Militaire Allié de Versailles, 24/10/1921; M. Gamelin, Telegrama cifrado de 09/10/1921, SHAT, 7N 3391.

¹⁴ M. Gamelin. *Rapport Secret*, v.128, 9/5/1921, SHAT 7N 3391; *Rapport*, n.3, 4/1/1922, SHAT 7N 3391.

¹⁵ M. Gamelin. *Rapport Secret*, n.378, 19/8/1920, SHAT 7N 3391.

¹⁶ M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.187, 29/7/1921, SHAT, 7N 3391.

¹⁷ M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.9, 11/6/1919; n.177, 15/7/1921; n.119 de 12/5/1921, SHAT 7N 3391.

¹⁸ M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.119, 12/5/1921 SHAT, 7N 3391.

¹⁹ Rapport Derougemont *Rapport Secret E-M Armée Française*, recebido em 2/3/1922; *Section de Centralisation des Renseignements*, n.9384, SCR. 2/11, SHAT 7N 3391.

²⁰ M. Gamelin. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.201, 23/5/1924; *Rapport Confidentiel*, n.221, 10/6/1924 SHAT 7N3391.

²¹ M. Gamelin. *Rapport Confidentiel*, Rio de Janeiro, n.225, 14/6/1924, SHAT 7N3391.

²² Magnin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.72, 11/12/1919. SHAT.

²³ Fanneau de la Horie, au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, 13/12/1919. SHAT.

²⁴ Magnin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.65, 7/11/1919 SHAT.

²⁵ Magnin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.29, 10/9/1919 SHAT.

²⁶ M. Gamelin. *Rapports Secrets*, 1/4/1920 e n.12, 15/6/1919, SHAT 7N 3391.

MANUEL DOMINGOS NETO

²⁷ M. Gamelin. *Rapport Secret*, n.134, 2/2/1920, SHAT 7N 3391.

²⁸ Moinville, *Rapport Secret*, 1/5/1923, SHAT 7N 3321.

²⁹ Gamelin a M. Herriot. *Note sur l'action de la Mission Militaire Française au Brésil*, janvier 1914 – janvier 1925, SHAT 7N 3391.

³⁰ Gamelin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.390, 20/9/1920, SHAT, 7N 3391.

³¹ Gamelin au Ministre de la Guerra. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.134, 2/2/1920, SHAT, 7N 3391.

³² Gamelin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.187, 29/7/1921, SHAT 7N 3391.

³³ Gamelin au Ministre de la Guerra. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.12, 15/6/1919, SHAT, 7N 3391.

³⁴ Gamelin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.280, 29/11/1921, SHAT 7N 3391.

³⁵ Gamelin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.370, 8/10/1920, SHAT 7N 3391.

³⁶ Gamelin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.87, 14/4/1924, SHAT 7N 3391.

³⁷ Gamelin du Ministre de la Guerra. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.8, 5/1/1923, SHAT 7N 3391.

³⁸ Gamelin au Ministre de la Guerre. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.180, 24/3/1920, SHAT, 7N 3391.

³⁹ Gamelin au Ministre de la Guerre. *Rapports Secrets*, Rio de Janeiro, 31/3/1920 e 16/4/1920, SHAT, 7N 3391.

⁴⁰ Gamelin du Ministre de la Guerra. *Rapport Secret*, Rio de Janeiro, n.199, 12/5/1921, SHAT, 7N 3391; *Rapport*, Rio de Janeiro, n.119, 12/5/1921, SHAT, 7N 3391.

⁴¹ Spire, *Rapport Secret* au Ministre de la Guerre, Rio de Janeiro, n.329, 23/9/27, SHAT, 7N 3392.
